

# **A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: DISCUSSÕES E REFLEXÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE**

COSTA, Neuza Maria Ribeiro da  
*Licenciada em Pedagogia pela UFMT(2013)*

## **Resumo:**

O presente trabalho tem como objetivo identificar se os alunos do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), estão recebendo formação para trabalhar as diversidades em sala de aula e subsídios para (re)pensar a prática na educação especial na perspectiva inclusiva. Em termos metodológicos, desenvolvemos a pesquisa em dois momentos, em que se inter-relacionam. Para iniciarmos a imersão no contexto de pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico. Em seguida, realizamos entrevistas narrativas com professores e alunos do curso de pedagogia. Concluímos que a instituição precisa pensar numa formação mais intrínseca a heterogeneidade. Porquanto, a formação de professores assinala como ação essencial, para que a inclusão ocorra de fato.

**Palavras-chave:** Formação inicial. Educação Especial. Inclusão

## **Introdução**

No final do século XX e início do século XXI assinalaram mudanças em várias esferas sociais. A escola como atuante transformadora sociocultural não compete mais pensar em práticas pedagógicas apoiadas em paradigmas excludentes que acentue ainda mais as diferenças sociais, quando se refere a pessoas deficientes.

Nos âmbitos educacionais muitas discussões e reflexões vêm sendo feitas em relação à Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Porque ela implica a necessidade de modificações de entendimentos e metodologias de ensino para incluir aqueles que necessitam de atendimentos educacionais especiais.

Na Constituição Federal de 1988 do Brasil, já se evidenciava a inclusão de alunos deficientes nas escolas e salas do Ensino regular. Essa inserção vai sendo desenhada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. E ganha força com a promulgação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como uma de suas ações o Programas de Formação Continuada de Professores na Educação Especial (PNEEPEI), em 2008.

Deste modo, a fundamentação legal da Educação Especial na perspectiva inclusiva sugere algumas transformações, uma delas, é a que tange ao trabalho docente. O professor precisa compreender a sua formação para que a mesma possa contribuir na educação de alunos deficientes. Visto que, a instrução dessas pessoas não pode se

destinar somente aos professores de Educação Especial, mas sim a todos os docentes de uma instituição de ensino, porque todos possuem responsabilidade sobre o desenvolvimento destes alunos.

Mediante, a essas modificações, este trabalho tem como problemática saber: como o professor e os alunos compreendem a formação inicial? Ela contribui para atender a demanda da prática da Educação Especial na perspectiva inclusiva fornecendo subsídios para o professor trabalhar a partir dessa nova maneira de se pensar as diferenças em sala de aula?

O objetivo, portanto, constitui identificar se os alunos do curso de pedagogia estão recebendo formação para trabalhar a partir das diferenças em sala de aula e subsídios para (re)pensar prática da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

A escolha por essa temática se justifica por que se faz urgente a ampliação das discussões e reflexões sobre a formação inicial de professores no processo de inclusão nas escolas e no trabalho com as diferenças e suas perspectivas futuras.

A pesquisa é qualitativa e sua metodologia consistiu em dois momentos interligados, no primeiro, realizamos um levantamento bibliográfico nos periódicos da CAPES de artigos brasileiros publicados nos últimos cinco anos que possuam os seguintes descritores: Educação Especial (122 encontrados); Educação Inclusiva (11); Inclusão escolar (7); Inclusão (12). A pesquisa foi refinada para atender a especificidade do tema, qual seja: selecionar artigos que abordam a formação de professores para os anos iniciais. Foram encontrados 6 trabalhos que compõe o nosso referencial teórico. As leituras dos trabalhos encontrados no primeiro momento nos muniram de subsídios para realizar reflexões de como têm sido limitadas as discussões acerca da problemática que envolve a Educação Especial na perspectiva inclusiva na formação inicial docente.

No segundo momento foram realizadas entrevistas com abordagem narrativa com dois professores (as) que tem como área de atuação as metodologias de ensino no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso, duas alunas que estão cursando o 4º ano e duas mães de criança deficiente que cursam ou cursaram Pedagogia, na UFMT.

A realização da revisão bibliográfica se justifica por ser uma estratégia de coleta de informações sobre o tema de modo completo e diversificado. Além disso, a mesma tem como finalidade “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”

(CAVALCANTE & SILVA, 2011, p. 75). Isso é muito bom, visto que, permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais extensa do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A escolha de professores de Fundamentos e Metodologia do Ensino da Linguagem se deu em virtude do objetivo da disciplina que é captar e analisar as características dos vários métodos indispensáveis. Também, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização.

Em relação às alunas do 4º ano, a escolha se efetivou por julgar que as mesmas possuem certo domínio nas teorias oferecidas no curso de pedagogia porque já estão no último ano de sua formação inicial docente. Vale lembrar que, das discentes duas são mães de crianças que necessita de atendimento educativo especial.

Respaldado em Oliveira & Sigolo (2008), Saraiva (2008), Jesus (2001), documentos oficiais e entre outros, iniciaremos nosso trabalho debatendo o que entendemos por inclusão escolar e discutindo a importância da formação inicial docente para que a inclusão escolar se realize nas escolas. Em seguida relacionaremos os dados obtidos da revisão bibliográfica no tocante à formação inicial docente para a inclusão com os resultados das discussões em torno das entrevistas. E encerraremos com algumas considerações a respeito da necessidade de mudanças na formação inicial docente para conquistarmos a inclusão escolar.

### **Formação inicial docente: um dos princípios para inclusão escolar**

É importante que a escola esteja alicerçada a partir de princípios, para que os mesmos orientem suas discussões, fundamentando suas relações pessoais e organizações acadêmicas que circulam no seu interior. Para uma instituição ser definida como inclusiva, ela precisa repensar alguns princípios. Eles têm como desígnio nortear as demandas teóricas da educação inclusiva e o cotidiano escolar.

Trataremos neste texto o princípio da formação inicial dos professores. Visto que, para concretização da inclusão de crianças com deficiência na rede regular de ensino, é necessário vencer um dos obstáculos mais evidenciado, a falta de preparo dos professores e, especificadamente, a falta de uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva.

Podemos confirmar a falta de formação quando buscamos analisar indagações realizadas para mostrar essa realidade. Por exemplo,

em uma pesquisa que envolveu professores e diretores do ensino fundamental de escolas públicas que atuavam com alunos com necessidades educativas especiais, verificou que 82,3% dos professores que participaram da pesquisa pouco ou nada conheciam sobre a área, e que 92,6% não tinham formação específica para atender esses alunos (SARAIVA, 2008, p. 83).

A implicação aponta para a necessidade de alargar os ensejos educacionais para todos. Neste sentido, é preciso considerar um conjunto de fatores dentre eles o apoio ao trabalho individual dos professores e formação sobre a educação inclusiva.

Eis que a inclusão escolar surge como um território repleto de desafios que irão exigir do professor mais do que aplicação de conhecimentos e técnicas de ensino, requerendo dele, desprendimento e capacidade de rever teorias e idéias, muitas delas concebidas durante o seu processo de formação inicial.

É formidável advertir, nesse sentido, que chega um momento em que os conhecimentos acrescentados não são mais satisfatórios, em que não se pode dominar uma conjuntura nova, graças a simples conhecimentos aplicados.

Ao depararmos com a educação especial, as certezas, o modo adequado de proceder e as “*receitas*” vão sendo abandonadas e dando lugar às incertezas, aos dilemas, às diferenças e à precisão de soluções particulares. Nesse panorama, os professores se deparam com um empecilho, cuja formação, provavelmente, não lhe deu condições de prever. O docente, afrontado com o seu “não conhecimento”, terá que aprender a conviver com sentimentos contraditórios e paradoxais, ao mesmo tempo em que deverá estar aberto, disposto a rever suas idéias e padrões educativos habituais. O professor, assim, precisa ser capaz de “aprender com a experiência profissional, numa perspectiva de autodescoberta do estilo e das qualidades pessoais que podem ser aproveitadas na prática profissional” (JESUS, 2001, p. 17).

É evidente que, uma formação inicial docente não vai abarcar toda essa complexidade. Mas, é preciso que ocorra uma aprendizagem de certas desenvolturas e metodologias para que essas sejam posteriormente aplicadas em sala de aula quando nos depararmos com as diversas situações encontradas, sendo uma delas a inclusão de crianças com comprometimentos.

O fortalecimento da qualidade da educação desses alunos também pode se dar por meio de uma parceria entre os pais e profissionais. Esse é mais um tema que aparece na revisão bibliográfica e em uma das entrevistas. Portanto, merece uma especial atenção.

No processo de incluir as crianças com necessidades educativas especiais (NEE) no ensino regular a alianças da família com os pais vem sofrendo uma transformação significativa. A sociedade em tempos remotos ressaltava o senso de cultura comum entre escola e família. Porém, essa relação de proximidade foi se perdendo ao longo dos anos,

ou substituída por um tom adversário nos 40 anos seguintes da Segunda Guerra Mundial resultaram em raros acordos entre família e escola. A ideia de que a criança vivia em dois mundos diferentes, representados pela descontinuidade cultural, começa a se desenvolver (OLIVEIRA & SIGOLO, 2008, p. 163).

No entanto, há mais de duas décadas este pensamento vem sendo desfeito, com o movimento que rompe com a visão de incumbência relativamente separadas da família.

Em um Simpósio intitulado *Orientação familiar e necessidades educacionais especiais: estratégias de prevenções e intervenções* discutiram que, devido o grande número de crianças com necessidades educativas estarem indo para o ensino regular se faz indispensável conhecer o mundo destas afinidades, para subsidiar o fornecimento de suporte para as famílias. Essa parceria entre escola e família tem sido vista como auxílio para o processo da inclusão. Visto que, há uma vivência anterior à escola que não pode ser ignorada.

### **A revisão bibliográfica e as narrativas de alunos e professores do curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato grosso. O que nos revelam?**

Dos artigos encontrados nos periódicos da CAPES, dois trabalhos apontam para a questão da formação inicial e também a parceira da família. Um deles aborda duas expectativas: a dos pais que matriculam os seus filhos em uma escola regular como possibilidade de aprender a ler e a escrever ao menos o nome. E a dos professores que declaram não se sentirem preparados para este trabalho. Entretanto, mesmo sem formação específica, recursos e estrutura física adequada, trabalham para efetivação do ensino e aprendizagem dos alunos em sala de aula. Na opinião dos autores deste artigo,

A inclusão não deve ser efetivada sem que se considerem as condições em que será desenvolvida. Deverá ser verificado o que pode ser oferecido para diminuir as dificuldades trazidas pela deficiência. Atender às necessidades educacionais do aluno com paralisia cerebral (PC) e do aluno com síndrome de down (SD) é antes de tudo saber de que maneira a escola poderá responder

a essas necessidades para intervir pedagogicamente de forma adequada. Partindo do princípio da inclusão, de que todos devem aprender juntos, todas as escolas estão sujeitas a receber alunos com deficiência; portanto, preparar-se previamente para isso é essencial para minimizar as dificuldades encontradas. Assim, a escola deve levar a aprendizagem de fato, e não a promover um sistema que gera uma nova exclusão (FERRAZ, ARRAÚJO e CARREIRO, 2010).

A escola deve encontrar meios para minimizar os problemas encontrados ao incluir os alunos com deficiência. As famílias são sem dúvidas propiciadores e mantenedores de uma parceria colaborativa, efetiva e bem sucedida. Ainda mais.

foram identificados alguns comportamentos que devem ser emitidos pelos familiares na parceria colaborativa: comunicar-se com os profissionais, ser responsável pela educação do filho, manter expectativas adequadas, aceitar a deficiência do filho, respeitar os profissionais e reconhecer o trabalho deles, confiar no trabalho desenvolvido, questionar os profissionais de modo adequado, garantir a frequência do aluno, visitar a escola e participar das atividades (idem, 2010).

Os procedimentos coligados citados acima procedem com a narrativa de uma das alunas e mãe. Ela relata que, “a parceria com a escola é fundamental para o sucesso dos nossos filhos, temos que confiar e dar continuidade do trabalho dos profissionais em nossa casa. Por que, as crianças passam a maior parte do tempo com a família” (ALUNA & MÃE A, 2013). A narrativa nos oferece suporte para afirmar a importância da interação dos pais com a escola para efetivação do processo de inclusão.

Continuando as discussões mais um trabalho aponta para as dificuldades na inserção de algumas crianças na rede regular, particularmente, daquelas com maior comprometimento de linguagem, além de questionamentos quanto à formação do educador e preparo das instituições de ensino para atender essa demanda. E em uma das entrevistas ao perguntar para uma das professoras, se os alunos do curso de pedagogia estão recebendo formação para prática inclusiva na perspectiva da Educação Especial ela trás o seguinte argumento:

Chego à triste conclusão de dizer que nas disciplinas que eu já tive a oportunidade de atuar eu não tenho tempo... a emenda, o tempo previsto e normas que se tem pra cumprir com rigidez dos conteúdos eu não consegui ter espaço trabalhar com os alunos que depois em suas práticas vão encontrar alunos com necessidades educativas especiais. Ai eu fiquei também pensando, aonde esta a falha? Então, eu fui pensar na minha formação. Na minha época que eu fiz pedagogia aqui na UFMT, não tinha LIBRAS e nem tinha optativa de educação especial. Depois quando eu fiz especialização

voltada para área de linguagem nenhum momento se discutia como trabalhar todos esses saberes acumulados com essas crianças especiais. Fui para o mestrado, então, ótimo no mestrado depois da especialização, também não vi, tinha o objeto de pesquisa, o tempo também é curto, tem uma avalanche de disciplinas. [...] Se eu quisesse no mestrado ter um olhar diferente também não consegui ter tempo. É seu objeto de pesquisa, as disciplinas e as optativas todas voltadas para área de conhecimento que você está aprofundando, e aí em uma nova oportunidade, no doutorado a mesma coisa. Como meu objeto de estudo não fazia nenhuma ligação com a educação especial novamente me vi dentro daquele turbilhão de coisas a serem feitas, mas, não voltadas para essa área né. Então, nas universidades que eu pude lecionar eu vejo que eu não tive espaço, nessa, a disciplina de linguagem IV, tive que trabalhar a literatura infantil nas séries iniciais e na educação infantil. Que no meu entender ainda foi muito raso né, deveria ter mais tempo pra ter uma discussão mais profunda nos dois segmentos de ensino. E aí você ver a educação mais uma vez deixada de lado. Passa batido, mesmo sabendo que as crianças estão lá, que elas existem e que a gente precisava ter formação. Mas, formação que eu também não tive oportunidade ter (PROFESSORA A, 2013).

Com a narrativa da professora fica precisa a falta de espaço nas disciplinas de linguagem para trabalhar com certa especificidade, com certo olhar que a educação especial merece. Ficando assim, especificamente uma lacuna. Outro ponto que não podemos deixar de destacar na resposta da professora é o fato de que ao longo da sua trajetória não teve nada designadamente voltada para a educação especial. No entanto, percebemos que já houve um pequeno avanço entre o momento de sua formação inicial e o momento em que atua como professora de linguagem. Na sua formação inicial não abrangeu a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a disciplina optativa de Educação Especial, que hoje é oferecida pela instituição.

Na revisão bibliográfica aparece mais um artigo que discute de forma sucinta, os dilemas e as perspectivas da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais. Coloca-nos a necessidade de superarmos a atual organicidade da escola brasileira, de modo a redimensionarmos o tempo e o espaço escolar, destacando o estatuto histórico dos alunos e o processo em que se dá a construção do conhecimento. Na entrevista uma das alunas do 4º ano de pedagogia, relata sua expectativa ao se matricular no curso e quais as superações que esperava encontrar na sua graduação.

Quando entrei no curso de pedagogia, já tinha uma visão diferenciada sobre a educação, porque já havia me formado no Curso Normal. Sabia que a educação brasileira ainda precisava superar muitos desafios e os cursos de formação de professores precisavam de um olhar especial a fim de atender essas e outras demandas que emanavam da sociedade atual. No entanto, sempre ouvi dizer que a pedagogia era um curso mais completo e que conseguia abranger muitos desses desafios quando comparado ao Curso Normal. Por isso, quando entrei no curso tinha algumas expectativas e uma delas era a que o curso pudesse me ajudar a olhar para os alunos com um

olhar heterogêneo, diversificado e não uniforme e unilateral. [...] No entanto, o olhar ainda se limitava a conhecimentos da educação vendo as crianças de modo geral, como se estes sempre fossem iguais, independentes do contexto espacial, temporal, cultural, etc. Crianças eram citadas como um grupo homogêneo, embora esse destaque não tenha sido de forma tão especial, porque o destaque era para os pensadores e em como eles viam a educação. Estudamos os diversos aspectos sociais que influenciam a educação, estudamos como a cultura afeta a educação, aprendemos como a educação de um modo geral pode sofrer alterações por diferentes aspectos. Somente quando falamos na psique infantil que foi nos dada à oportunidade de aprender sobre o diferente. Aprendemos que somos diferentes e que, portanto, as crianças também o são e tem seu modo particular de aprender. Mas o que vi não acrescentou muito à minha formação, porque estas questões relacionadas à psicologia da educação já havia sido abordadas em curso de outrora. Mas aos meus colegas, percebo que foram fundamentais, mesmo que ainda insuficientes. No segundo ano iniciamos o contato com as disciplinas chamadas de metodologias, que teria abrangência no curso até o quarto ano. A minha expectativa foi grande, pensei que nestas teríamos uma visão mais voltada para o trabalho com a diversidade. Mas a frustração foi grande, não digo que não aprendi nada, aprendi muito, contudo o olhar para a criança era sempre homogêneo, embora as palavras da moda estivessem presentes no jargão dos professores, os conteúdos sempre remetiam à educação das massas anônimas, isto é, quando se falava da criança, ou das crianças, era sempre no sentido de um grupo ou de várias quantidades e não de diversidade. As disciplinas foram passando, hoje estou no quarto ano e posso dizer aprendi conteúdos preciosos e importantíssimos à minha formação, mas ainda permanece um vazio quando a discussão envolve educação inclusiva ou educação para a diversidade. Muito do que sei precisei complementar com leituras, participação em congressos e pesquisas individuais ou com pequenos grupos de colegas do curso. Parece que o curso precisa ser repensado, que até a estrutura modular disciplinar é ultrapassada para a demanda social atual. Faz-se necessário aos cursos professores que saibam lidar com o diferente, com o global, com o intercultural, com a diversidade, com salas heterogêneas, mas o que oferecem para nós é um curso fragmentado, com conteúdos importantes, mas não suficientes, com professores que falam sobre o novo, mas o conteúdo e o modo que nos apresentam o mesmo são contraditórios (ALUNA A, 2013).

A mudança no aluno deve ser iniciada no professor e cabe aos cursos de formação se modificar para atender esse novo perfil de aluno, que não constrói o conhecimento de modo isolado e sequencial. O processo, ao contrário, é global, interdisciplinar e heterogêneo.

As escolas precisam ser subsidiadas por meio de investimentos na formação profissional, nas melhores condições de trabalho, em salários mais dignos, para universalizar o acesso e garantir a permanência de todos os alunos com deficiências nas escolas brasileiras.

O seguinte artigo identifica que os docentes precisam modificar suas concepções de professor do ensino regular em relação à inclusão e que a entrada, por si só, do aluno com deficiência no ensino regular não garante a mudança de percepção dos



mesmos. Até mesmo porque falta envolvimento dos formadores voltados para essa questão, segundo uma das alunas e mãe do curso de pedagogia.

A aceitação, receptividade, e principalmente uma proposta pedagógica realmente inclusiva ainda é uma utopia para a maior parte dos orientadores e formadores, a grande ou maior parte do corpo docente não sabe realmente o que vem a ser uma prática inclusiva. Sendo assim não podem orientar ou pensar práticas que ajudem a novos profissionais de educação a vivenciarem essa prática (ALUNA & MÃE B, 2013).

A inclusão para muitos ainda é um sonho que precisa se tornar realidade para quebrar o ciclo da não formação por falta de formação. Todavia, não podemos deixar de reconhecer que a política inclusiva vem sendo aos poucos propagada.

Subsequente um dos trabalhos discute o sentido da política inclusiva no contexto de uma Política Cultural Bilíngue, e que leva a crer que uma política cultural bilíngue está sendo urdida no Brasil, de forma inédita, configurando-se numa abertura a uma nova lógica, a um novo e comprometido sentido da prática histórica como prática política e, sobretudo, um ensaio à liberdade.

Nas entrevistas uma das alunas faz referências a Libras,

Ao decorrer do curso, percebi que a formação recebida será insuficiente para tratar de todas as questões relacionadas à Educação Especial. Tenho plena certeza de que a graduação é apenas o primeiro passo na vida de um professor, no entanto, a formação recebida poderia dar mais atenção à educação especial, visto que ela não está preparando seus graduandos para trabalhar com alunos deficientes e muito menos para trabalhar a inclusão desses alunos. O curso de Pedagogia até oferece uma pequena introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como a disciplina optativa de Educação Especial, porém essas ferramentas ainda não são suficientes para suprir a necessidade formativa dos graduandos (ALUNA B, 2013).

A narrativa da aluna B nos remete a alusão da professora A, que trás a introdução à Libras e a disciplina optativa de educação especial como um acanhado progresso no curso de pedagogia da UFMT. Todavia, a política inclusiva é desencadeada em defesa do direito de todos os alunos e não deve ultrapassar a simples adaptação de um ou de outro curso e de implantação de disciplinas, a alternativa que sabe

a alternativa não seria repensar uma formação contínua, global e permanente. Não como se faz atualmente, vinculando cada professor a um grupo de pesquisa de modo que, depois de quatro anos, ele recebe a licença para ensinar com a condição de que permaneça neste grupo. Penso nesta alternativa no momento. É a solução? Possivelmente não, mas, para repensar a educação, especialmente a formação de professores, é importante começar as discussões e apresentar alternativas cada vez mais adequadas à transformação que almejamos nos cursos e lutar por elas. Para isso, é preciso começar a pensar em propostas ousadas, globais e intrínsecas a heterogeneidade (ALUNA A, 2013).

Conforme o relato da aluna somente com propostas ousadas que os cursos poderão, quem sabe, contemplar de modo adequado, temas como educação inclusiva e educação para a diversidade, assuntos atuais que hoje são engolidos pela estrutura dos cursos de formação de professores.

O último artigo encontrado nos periódicos da CAPES analisa, as falas dos professores da rede pública, as referências à inclusão de alunos com deficiência. Os enfrentamentos e diálogos presentes nas falas dos professores mostram que, no movimento de constituição do discurso pedagógico acerca da inclusão, algumas organizações discursivas se mostram dominantes, enquanto outras aparecem em embate, disputando posições nas falas dos professores.

### **Em últimas palavras...**

Ao voltar o nosso olhar para os enfoques de discussão dos trabalhos obtidos no levantamento nos periódicos da CAPES, podemos ressaltar que, dos seis trabalhos encontrados, dois deles abordam a parceria entre a família e a escolas e trazem a formação dos professores como desafio para a universalização da inclusão, dois trazem como foco a formação dos professores e dois apresentam outros assuntos remissivos à inclusão.

Com os resultados das entrevistas percebemos que, embora o curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso seja um bom curso, com ótimos professores, no que diz respeito à educação especial por mais que existam a disciplina de Libras e a disciplina optativa de Educação Especial ainda deixa muito a desejar, visto que, não tem uma formação específica para atuar nesta área, e os alunos não são preparados para atuar com crianças com necessidades especiais e infelizmente não se discute acerca deste assunto na graduação.

Surge à preocupação e a certeza dos estudantes de Pedagogia em que os mesmo não podem sair da graduação sem o mínimo conhecimento sobre a Educação Inclusiva e a necessidade da instituição (UFMT) pensar numa formação mais intrínseca a heterogeneidade. Porquanto, a formação de professores assinala como ação essencial, para que a inclusão ocorra de fato, mudando assim a realidade da educação especial no país, exterminando convencionalismos e ampliando horizontes.

A inclusão do aluno com deficiência no âmbito escolar deve ser entendida não somente como um procedimento legal, mas natural que envolve a sensibilidade de toda sociedade em observância quanto aos direitos de todos os cidadãos e o envolvimento de toda sociedade na construção do bem comum.

A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva interroga as práticas educacionais hegemônicas e passa a empregar conceitos interligados as diferenças. Neste sentido, é preciso que o estudante de Pedagogia se intere sobre a diversidade de alunos que irá encontrar na escola, alunos com diferentes formas de aprendizagem, alguns com necessidades específicas, que vão demandar mais estudos.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

JESUS, S. N. *Como prevenir e resolver o stress dos professores e a indisciplina dos alunos?* Porto: ASA, 2001.

OLIVEIRA, Adriana Maria Leone Alves; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. Relação família e o processo inclusão escolar subsídios para orientação familiar. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. (Orgs.) *Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008.

SARAIVA, Marinês. Formação do professor: contornos da concepção de deficiência para compreender o processo de inclusão. In: MENDES, Enicéia Gonçalves;

ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. (Orgs.) *Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008.

ANJOS, Hildete Pereira dos; ANDRADE, Emmanuele Pereira de; PEREIRA, Mirian Rosa. *A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso*. Rev. Bras. Educ. vol.14 no. 40 Rio de Janeiro jan./abr. 2009. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000100010&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100010&lng=pt) > acesso em 17/06/2013.

FERRAZ, Clara Regina Abdalla; ARAÚJO, Marcos Vinícius de; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues. *Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: comparação dos relatos de mães e professores*. Rev. bras. educ. espec. vol.16 no.3 Marília Sept./Dec. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382010000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300006)> acesso em 17/06/2013.

FRANCO, Monique. *Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações*. Rev. bras. educ. espec. 2009, vol.15, n.1, pp. 15-30. ISSN 1413-6538. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382009000100003> > acesso 17/06/2013.

MONTEIRO, Ana Paula Húngaro; MANZINI, Eduardo José. *Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe*. Rev. bras. educ. espec. vol.14 no.1 Marília Jan./Apr. 2008. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000100004> > acesso em 17/06/2013.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; SOUSA, Sônia Bertoni; VIDAL, Maria Helena Candelori. *Dilemas e perspectivas da educação física, diante do paradigma da inclusão*. REV. Pensar a Prática. Capa > v. 11, n. 2 (2008) > dos Reis Silva. DISPONIVEL EM < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/1793/4089> > acesso em 17/06/2013.

TAKASE, Érica Mayumi; CHUN, Regina Yu Shon. *Comunicação e inclusão de crianças com alterações de linguagem de origem neurológica na perspectiva de pais e educadores*. Rev. bras. educ. espec. vol.16 no.2 Marília May\Aug. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382010000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200007)> acesso em 17/06/2013.